

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:
NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ICOARACI-PA**

**INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS:
IN SCHOOLS OF THE STATE PUBLIC NETWORK OF ICOARACI-PA**

Erivelton da Silva Lopes*
Shirley Cristina Cabral Nascimento**

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade realizar um estudo exploratório em instituições educacionais da rede pública estadual de ensino no Distrito de Icoaraci-Pa. Com o objetivo de qualificar alunos com necessidades educacionais especiais matriculados e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que ofereça o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que garantem a inclusão de alunos com necessidades especiais, além de constatar se os professores são qualificados para atender esses alunos. Para a realização deste trabalho foi utilizada pesquisa qualitativa e quantitativa, a partir de questionários, visitação às 13 unidades escolares e coleta de informações a partir de dados estatísticos disponibilizados na internet pelos órgãos competentes. O estudo identificou a existência de alunos que estão inseridos em salas regulares, mas que não estão recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela falta de professores especializados e pela ausência de salas de recursos multifuncionais (SRM), o que compromete o processo de aprendizagem, principalmente para os 218 alunos portadores de síndrome de down matriculados.

Palavras-chave: Alunos deficientes. Educação inclusiva. AEE. Síndrome de down.

ABSTRACT

This work aims to conduct an exploratory study in educational institutions of the state public school system in the District of Icoaraci-Pa. With the objective of qualifying students with special educational needs enrolled and Multifunctional Resource Rooms (SRM) that offers the Specialized Educational Assistance (AEE) that guarantee the inclusion of students with special needs, as well as to verify if the teachers are qualified to attend these students. For the accomplishment of this work was used qualitative and quantitative research, from questionnaires, visitation to the 13 school units and collection of information from statistical data made available on the internet by the competent bodies. The study identified the existence of students who are enrolled in regular classrooms, but who are not receiving Specialized Educational Assistance (ESA) for the lack of specialized teachers and the absence of multifunctional resource rooms (SRM), which compromises the learning process, especially for the 218 students with down syndrome enrolled.

Keywords: Disabled students. inclusive education. AEE and down syndrome.

* Faculdade Anhanguera-Uniderp - ANHANGUERA. Licenciado em Língua Inglesa e Língua Portuguesa.
eriveltonlopes89@gmail.com

** Universidade Federal do Pará - UFPA. Professora. scen@ufpa.br

Introdução

Segundo a legislação brasileira, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que possam afetar sua participação na sociedade em igualdade de condições. O atendimento escolar é obrigatório a todos os estudantes de 4 a 17 anos, inclusive aos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Não existe um tipo de deficiência que exclua a criança de ser atendida pela escola em classe regular, sob pena de denúncia aos órgãos da Educação e ao Ministério Público. Por isso, as escolas públicas buscam se adaptar para atender esses alunos, mas como toda mudança desse porte, a adaptação demanda tempo e boa infra-estrutura, e mais ainda, precisa de professores capacitados, para atender com qualidade, e de maneira igualitária a todos os alunos independentemente de serem portadores de deficiências ou não.

As diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Educação desde 1994, a partir de decretos, resoluções e leis, instituem as ações básicas para implementação das propostas de educação inclusiva. Para definição de uma política nacional para a educação, essas ações governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia de ações em nível federal, estadual e municipal (BRASIL, 2007).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, através do programa BPC na Escola, visa garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, tornando-os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. No município de Belém (PA), em 2012, foram beneficiadas com o BPC, 2.511 pessoas entre crianças e adolescentes com deficiência matriculadas na escola na faixa de 4 a 17 anos, ou seja, crianças e adolescentes em idade escolar.

Segundo Masiero (2009) ainda existem muitas contradições e ambigüidades que permeiam esta modalidade de educação. A própria LDB nº 9.394 prevê que, quando necessário, haverá serviço de apoio especializado para atender ao educando com necessidades especiais (BRASIL, 1996). Mas qual escola da rede pública está preparada para esse tipo de atendimento? Se nem todos os professores são especializados e a escola não possui estrutura adequada para receber esses alunos?

Principalmente para as escolas que atendem alunos com deficiência intelectual, deve ser lembrado que a consolidação das aprendizagens desses alunos deve ser

concomitante com suas habilidades, levando em conta suas potencialidades e aptidões, ou seja, merece um olhar individualizado. Sob a perspectiva de Vygotsky, não existe nenhuma criança deficiente - elas não são deficientes, elas têm uma deficiência. Isso porque nenhum deficiente é deficiente por completo. Eles têm uma deficiência em uma determinada área, seja ela intelectual, sensorial ou física, em contrapartida têm outras possibilidades que devem ser exploradas além daquelas áreas que possuem dificuldades.

De acordo com a Revista Nova Escola (2009) são três as principais dificuldades enfrentadas por eles: falta de concentração, entraves na comunicação e na interação e menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.

As causas da deficiência intelectual variam e são complexas, englobando fatores genéticos, como a síndrome de Down, e ambientais, como os decorrentes de infecções e uso de drogas na gravidez, dificuldades no parto, prematuridade, meningite e traumas cranianos. Os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGDs), como o autismo, também costumam causar limitações. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 5% da população mundial tem alguma deficiência intelectual.

Em se tratando de deficiência intelectual, sabe-se que o acesso à informação faz toda a diferença na vida de uma pessoa com síndrome de Down e de sua família, visto que por meio de informações apropriadas, é possível compreender que, assim como as outras pessoas, quem nasce com síndrome de Down vem ao mundo cheio de potencialidades.

Sendo assim, o presente trabalho tem como finalidade verificar algumas instituições educacionais do Distrito de Icoaraci-Pará para identificar se possuem alunos com necessidades educacionais especiais matriculados e salas de recursos multifuncionais (SRM) que ofereça o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que garantam a inclusão de alunos com necessidades especiais, além de verificar a disponibilidade de professores qualificados para atender esses alunos. Busca-se de forma complementar, determinar o perfil dos estudantes com deficiência que estão inseridos nessas escolas, para que assim, seja possível qualificar o atendimento oferecido aos mesmos.

Atendimento educacional especializado: estabelecendo condições de igualdade

A igualdade de todos perante a lei existe no papel, mas sabe-se que essa igualdade não é concreta. Pois é sabido que se trata de garantia constitucionalmente assegurada à educação básica e profissionalizante gratuita às pessoas portadoras de deficiência, desde o nascimento e sem limites de idade. Na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei 7.853/89, defenderam-se as pessoas com deficiência e sua integração social. Nessa Lei entendeu-se como responsabilidade do poder público assegurar as pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos à educação, saúde, trabalho, lazer e previdência social, entre outros.

Levando em consideração que a Constituição Brasileira define que o atendimento educacional especializado deverá ser gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, e que deverá ter, quando necessário, serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades dos indivíduos portadores de necessidades especiais, faz-se necessário o empenho do poder público em fazer com que as escolas da rede pública ofereçam um serviço adequado que garanta além da aprendizagem acadêmica, o estímulo à sua autonomia, uma vez que a educação especial é um direito do aluno e visa à sua integração produtiva e cidadã na vida em sociedade.

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do seu atendimento especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo (BATISTA, 2006). Este parece ser o maior desafio da inclusão, pois provoca inúmeras transformações que são necessárias para o ensino escolar como um todo. A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo (SÃO PAULO, 2008).

A condição de deficiência, principalmente a intelectual, não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Assim sendo, os princípios inclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo a escola, a qual

deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2004).

A concepção de desenvolvimento e aprendizagem é radicalmente alterada pela compreensão de Vygotsky e seus colaboradores (LURIA, 1992; VYGOTSKY, 1998, 1999). Para este autor, o aprendizado e o desenvolvimento estão inter-relacionados e combinados. Postula a necessidade de determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança, que resulta de ciclos de desenvolvimento já estabelecidos, ou seja, o que a criança consegue fazer com autonomia; e o nível de desenvolvimento potencial, o que a criança é capaz de fazer com ajuda, no qual a escola deveria atuar diretamente (OLIVEIRA, 2007).

A síndrome de down é uma deficiência intelectual e o portador dessa síndrome tem um ritmo de aprendizagem mais lento, cujas etapas precisam ser respeitadas. Inteligência, memória e capacidade de aprender podem ser desenvolvidas com estímulos adequados.

Relacionado a essa questão de aprendizagem, Leonardo (2008) demonstra que as escolas brasileiras, especialmente as públicas, têm enfrentado muitas dificuldades, pois não conseguem proporcionar aprendizagem acadêmica nem mesmo às crianças que não possuem deficiência. Tal autor conclui, em seu trabalho, que a inclusão escolar vem se efetivando sem a infraestrutura adequada, carecendo tanto de recursos materiais quanto de recursos humanos, podendo, desse modo, trazer prejuízos ao processo de inclusão que vem acontecendo em escolas públicas. Tal fato evidencia necessidade de maior investimento no processo educacional com vista a efetivação da inclusão escolar.

De forma geral, o objetivo consiste em proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e como elemento de auto realização, na qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Educação especial no distrito de Icoaraci-Pa

A Educação Especial é uma modalidade importantíssima quando se refere à inclusão escolar de alunos com deficiência. Para averiguar as reais condições de inclusão desses alunos, foi realizada uma pesquisa nas escolas públicas do distrito de Icoaraci-Pará cujo objetivo era observar se as escolas possuem alunos com deficiência matriculados e

Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que ofereça Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de constatar se os professores são qualificados para atender as necessidades desses alunos.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas pesquisas qualitativas e quantitativas envolvendo a seguinte metodologia: questionários, análise de dados, visitação às unidades escolares e coleta de informações a partir de dados estatísticos disponibilizados na internet pelos órgãos competentes.

Foram visitadas 13 escolas vinculadas à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC (PA), sendo 9 escolas estaduais de ensino fundamental e 4 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, que oferecem em sua maioria turmas em três turnos, manhã, tarde e noite. Aproximadamente 15% das escolas oferecem 4 turnos e 23% em dois turnos. Das 13 escolas, um total de 327 são de alunos que apresentam pelo menos uma deficiência. Uma parcela não muito significativa desses alunos apresenta deficiência múltipla, ou seja, mais de uma deficiência. Distribuídos entre as 13 escolas, foram contabilizados 22 professores com formação em educação especial, 121 salas regulares e somente 12 salas de recursos multifuncionais. Somente uma escola, não possui nenhum professor e nenhuma sala de recursos multifuncionais, mas atende 4 alunos com deficiência, entre deficientes físicos e intelectuais.

O número de escolas visitadas é pequeno, aproximadamente 20% do total das escolas situadas no distrito de Icoaraci, mas é suficiente para um estudo exploratório, no qual verifica-se a situação real de alunos com deficiência, atendidos em situações diferenciadas e condições diferenciadas.

Resultados e discussão

Os resultados mostram que 70% das escolas pesquisadas, são de ensino fundamental (EEEF) e 30% de ensino fundamental e médio (EEEFM); dos 327 alunos atendidos, 66% estão matriculados em escolas de ensino fundamental e 34% em escolas de ensino fundamental e médio; dos 22 professores, 59% pertencem às escolas de ensino fundamental e 41% às escolas de ensino fundamental e médio; das 12 salas de recursos multifuncionais, 66,6% estão localizadas em escolas de ensino fundamental e 33,4% em escolas de ensino fundamental e médio, conforme a Figura 1 abaixo.

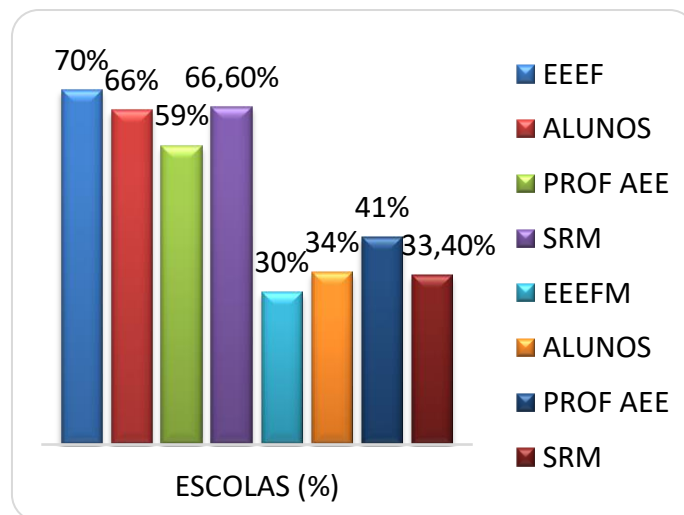


Figura 1 – Distribuição das escolas, alunos, professores e salas pesquisadas
Fonte – Arquivo próprio

Observa-se através da Figura 1 que os dados estão predominantemente relacionados ao ensino fundamental.

Os resultados mostram que na maioria das escolas, 61,5%, os alunos estudam em três turnos, que somente 15,5% das escolas oferece também o turno intermediário e 23% das escolas oferecem dois turnos, conforme a Figura 2.

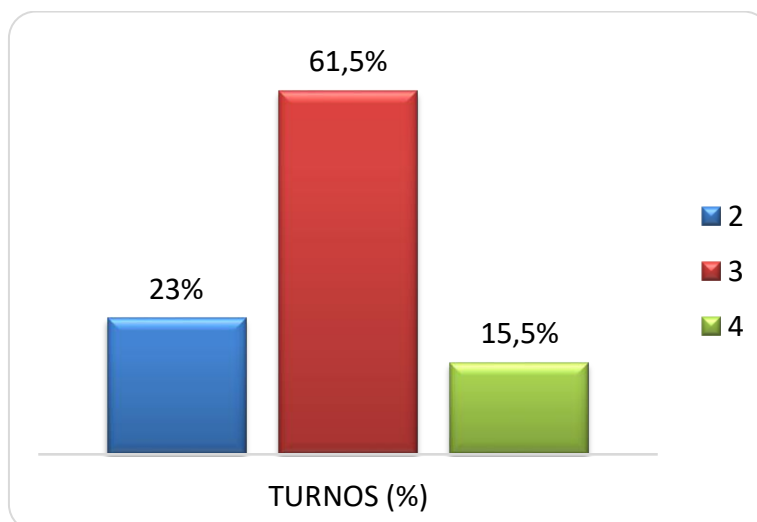


Figura 2 – Turnos ofertados pelas escolas
Fonte – Arquivo próprio

Os resultados mostram que as 13 escolas pesquisadas possuem ao total 22 professores que fazem atendimento especializado, deste total de 13 escolas, 23% não possuem professor, 38,5% das escolas possuem apenas 1 professor, somente 7,7% possuem 2 e 3 alunos e somente 23% das escolas possuem 4 professores que fazem atendimento especializado na escola, conforme a Figura 3.

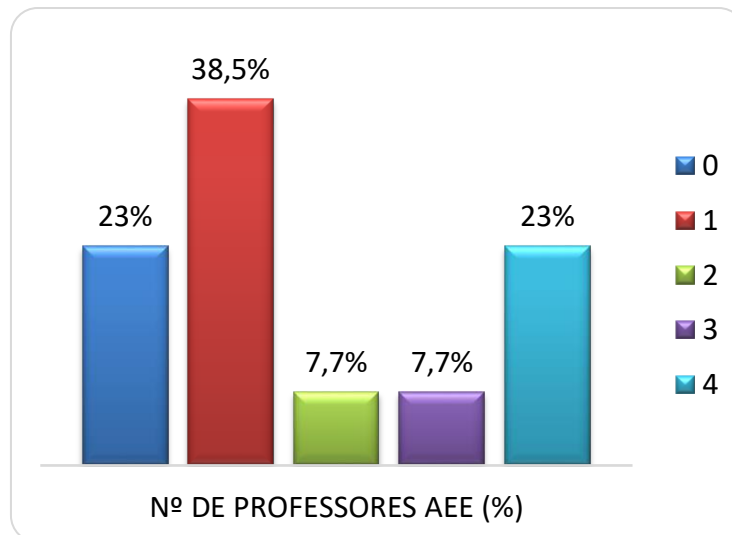


Figura 3 – Quantidade de professores nas escolas pesquisadas

Fonte – Arquivo próprio

Observa-se na Figura 3 que 23% das escolas não oferecem atendimento escolar especializado aos seus alunos visto que não possuem professor para desempenhar tal função. Isso gera o seguinte questionamento: será que o aluno está recebendo uma educação de qualidade? E que atenda às suas necessidades?

Os resultados mostram que as 13 escolas pesquisadas, possuem ao total 121 salas regulares e somente 12 salas de recursos multifuncionais, conforme a Figura 4.

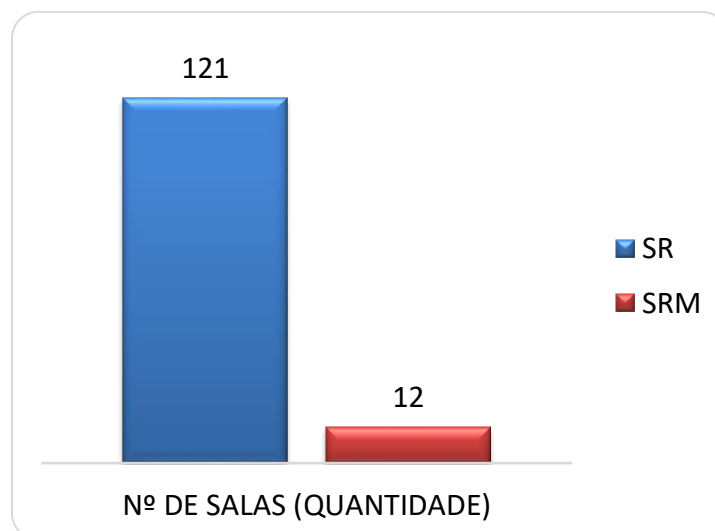


Figura 4 – Quantidade de salas regulares e salas de recursos multifuncionais

Fonte: Arquivo próprio

Os resultados mostram também que somente 1 escola não possui nenhuma sala de recursos multifuncionais e que as 12 que possuem, cada uma só possui uma sala de recursos multifuncionais. Observa-se que a ausência de uma sala de recursos

multifuncionais indica que o atendimento educacional especializado não está sendo conduzido de forma plena e absoluta.

Os resultados mostram que dos 327 alunos atendidos, 66,4% são portadores de síndrome de down, 13,5% são portadores de autismo clássico, 5,5% são deficientes físicos, 5,5% são deficientes auditivos, 5,0% tem baixa visão, 2% são surdos, 1,2% tem cegueira e 0,9% são portadores de transtornos psicóticos, conforme a Figura 5.

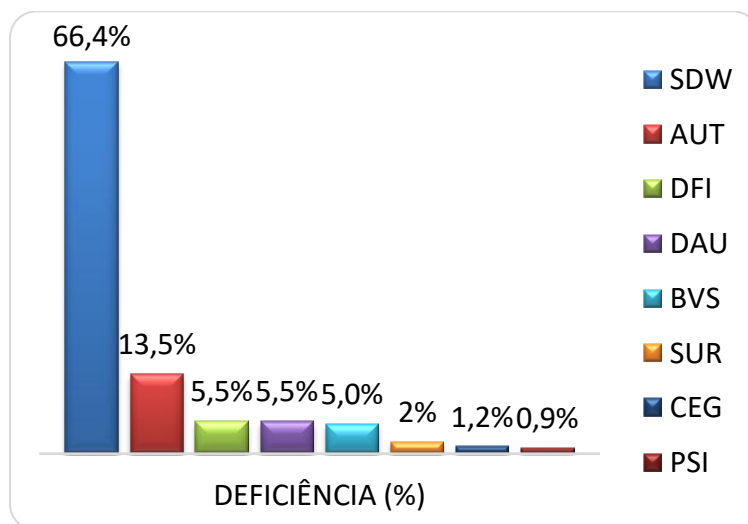


Figura 5 – Perfil dos alunos atendidos pelas escolas pesquisadas

Fonte – Arquivo próprio

Observa-se na Figura 5 que a maioria dos alunos atendidos pelas escolas pesquisadas, é portadora de síndrome de down. Foi observado também alunos com deficiência múltipla, ou seja, alunos com síndrome de down e deficiência física e alunos com síndrome de down e baixa visão. Vale ressaltar que essas alterações auditivas e visuais implicam em dificuldades adicionais ao desenvolvimento da aprendizagem, pois interferem no desenvolvimento cognitivo desses alunos.

Segundo Voivodic (2008), a criança com síndrome de Down apresenta o mesmo padrão de desenvolvimento de uma criança normal, entretanto isso não significa que ela tenha a mesma maneira de se desenvolver e aprender da criança normal. É necessário que a estimulação leve em conta seus diferentes modos e ritmos de aprendizagem, em função de suas necessidades especiais.

Analisando as diferentes categorias de alunos com necessidades educacionais especiais observa-se que 81% destes alunos estão incluídos na categoria deficiência intelectual e somente 19% são portadores de deficiência física, conforme a Figura 6.

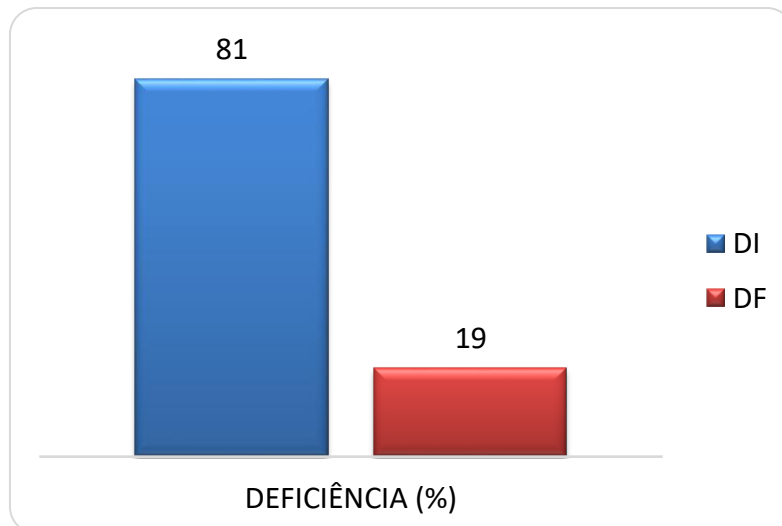


Figura 6 – Distribuição em função da natureza da deficiência.

Fonte – Arquivo próprio

Vale ressaltar que a matrícula de alunos portadores de deficiência, está vinculada a apresentação um diagnóstico clínico realizado por profissionais habilitados com o objetivo de identificar o aluno e suas respectivas necessidades especiais, a fim de garantir a elegibilidade aos serviços educacionais. Essa exigência sugere que o número de alunos pesquisados neste trabalho pode ser superior ao encontrado pois, provavelmente estariam incluídos em sala regular, alunos portadores de deficiência que por algum motivo não tiveram acesso a um diagnóstico clínico que pudesse esclarecer a natureza da sua deficiência.

Analisando as diferentes faixas etárias dos alunos com necessidades educacionais especiais observa-se que 66% destes alunos estão incluídos na faixa etária entre 10 e 20 anos, conforme a Figura 7 abaixo.

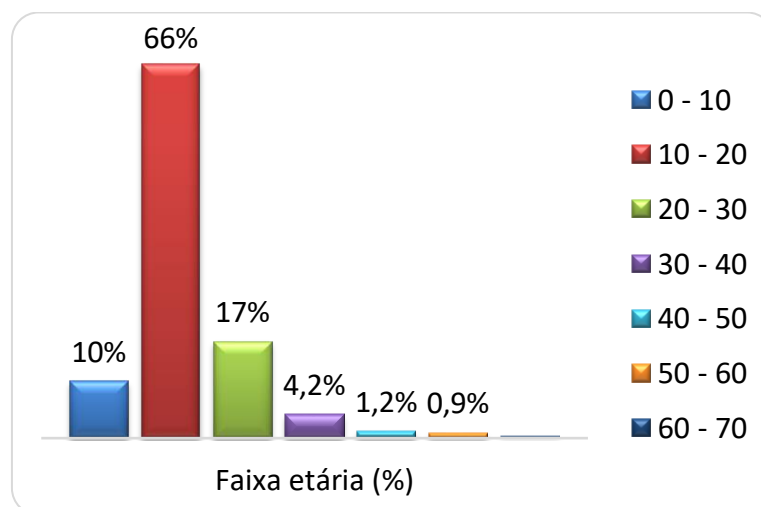


Figura 7 – Distribuição da faixa etária entre os alunos

Fonte – Arquivo próprio

Analisando a diferença de gênero entre os alunos com necessidades educacionais especiais observa-se que 61% destes alunos são do sexo masculino e 39% do sexo feminino, conforme a Figura 8.

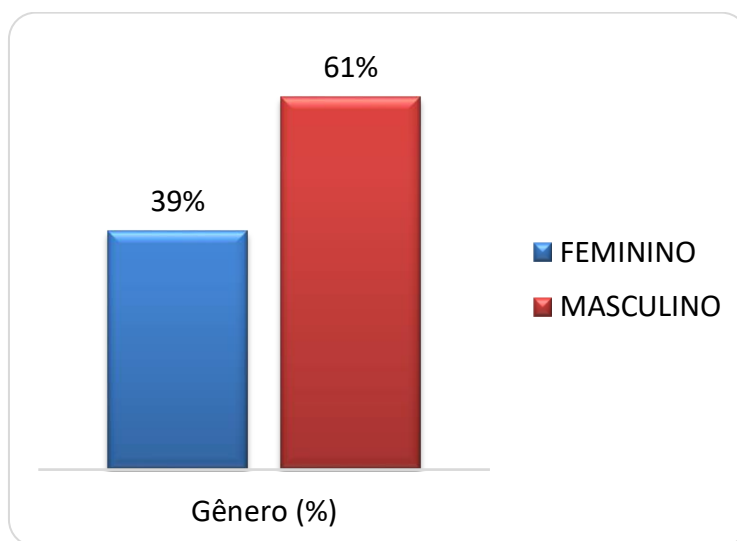


Figura 8 – Distribuição de gênero entre os alunos

Fonte: Arquivo próprio

Observa-se através das Figuras 7 e 8, que os alunos são em sua maioria do sexo masculino e estão predominantemente em idade escolar, ou seja, a maioria é jovem com idade inferior a 20 anos.

Considerações finais

O presente trabalho teve como foco principal verificar a disponibilidade do atendimento educacional especializado, ou seja, realizar um estudo exploratório do processo de inclusão de estudantes portadores de deficiência na Região Metropolitana de Belém (RMB), mas dada a dificuldade em relação ao número elevado de escolas a serem visitadas, optou-se por reduzir o espaço amostral e conduzir o estudo em uma amostra de escolas localizadas no distrito de Icoaraci-Belém-Pa.

A partir dos dados pesquisados, concluiu-se que a maioria das escolas visitadas são escolas de ensino fundamental, desempenham suas atividades em três turnos, possuem salas de recursos multifuncionais e professores com formação em educação especial.

Os alunos com necessidades educacionais especiais atendidos nas escolas pesquisadas são em sua maioria do sexo masculino, com idade entre 10 e 20 anos e portadores de síndrome de down.

Observou-se que se levando em consideração os portadores de síndrome de down e os portadores de autismo clássico, totaliza-se aproximadamente 80%, ou seja, a grande maioria dos alunos são portadores de deficiência intelectual, alunos estes que necessitam de apoio pedagógico, de atenção especializada, de adequações curriculares e mais, necessitam de um olhar individualizado. Como o aluno com deficiência intelectual geralmente apresenta dificuldade cognitiva, a escola deve ser diferenciada no sentido de viabilizar o processo de construção do conhecimento.

Pode-se concluir que nem todos os alunos estão tendo acesso a um ensino de qualidade, visto que o atendimento escolar especializado não está sendo realizado de forma plena e satisfatória, principalmente para os alunos da escola EEEF Geny Gabriel Amaral que não possui professor especializado e nem sala de recursos multifuncionais. Os alunos portadores de deficiência, física e intelectual, estão inseridos em salas regulares e somente um trabalho de observação mais aprofundado seria suficiente para aferir a qualidade desse atendimento.

Em relação à disponibilidade de profissionais especializados, foi possível observar que nas escolas pesquisadas, a média foi de 15 alunos atendidos para cada professor.

Há de se observar que muitas questões precisam ser discutidas e avaliadas antes da inclusão acontecer de fato, pois a escola que recebe esses alunos precisa estar preparada para atendê-los de forma satisfatória e dar uma educação de qualidade para que esses alunos fiquem à vontade e não se sintam incapazes de aprender por conta de suas necessidades.

Acredita-se que todos os alunos merecem ter uma educação de qualidade e com os alunos especiais não pode ser diferente. Afinal, ser diferente é normal.

Referências

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva:** atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial**, Legislação Específica, CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência, Lei nº7.853, 1989. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso: 20 out. 2019.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 28 out. 2019.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional – LDBN**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada. BRASIL. Ministério da Educação MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)**. Belem/PA-BPC-na-Escola:- Deficientes-matriculados-por-cidade-do-Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2015.

LEONARDO, N. S. T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 431-440, 2008.

LURIA, A. R. A. **Construção da Mente**. São Paulo: Ícone, 1992.

MASIERO, A. **Os novos paradigmas da inclusão**. 2009. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/novosparadigmas/>. Acesso em: 23 out. 2015.

OLIVEIRA, A. A. S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma escola inclusiva. *In*: OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, publicações, 2004, p. 77-112.

OLIVEIRA, A. A. S. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Londrina: Práxis, 2007.

REVISTA NOVA ESCOLA. **A tecnologia que a ensinar**. Edição especial nº 223, jun./jul. 2009.

SÃO PAULO (Cidade). **Secretaria Municipal de Educação**. Diretoria de Orientação Técnica; Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/DOT, 2008.

SEDUC (PA) **Secretaria Estadual de Educação**. COEES, Coordenadoria de Educação Especial, 2015.

VOIVODIC, MAMA. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.